



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0837/12	DATA: 12/06/2012
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 17h14min	DURAÇÃO: 02h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA JOSÉ BRAGA – Vice-Presidenta da Federação Nacional de Jornalistas — FENAJ.  
GUSTAVO GRANERO – Vice-Presidente da Federação Internacional de Jornalistas — FIJ.  
RODOLFO MACHADO MOURA – Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Projeto de Lei nº 1.078, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação dos crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes, e em crimes contra a atividade jornalística.*

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em espanhol.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Boa tarde. Declaro aberta a 19ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia. Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema “Projeto de Lei nº 1.078, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação dos crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes, e em crimes contra a atividade jornalística”.

A reunião foi convocada, atendendo ao Requerimento nº 137/2012, de autoria do Deputado Delegado Protógenes.

Convidamos, portanto, para compor a Mesa, a Sra. Maria José Braga, Vice-Presidente da Federação Nacional de Jornalistas — FENAJ. Seja bem-vinda, Sra. Maria José Braga.

Convidamos, também para compor a Mesa, o Sr. Gustavo Granero, Vice-Presidente da Federação Internacional de Jornalistas — FIJ. Seja bem-vindo, Sr. Gustavo Granero.

Convidamos igualmente, para compor a Mesa, o Sr. Rodolfo Machado Moura, Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT. Seja bem-vindo.

Convidamos também o Sr. Renato Rovai, Presidente da Associação Brasileira de Empresas e Empreendimentos da Comunicação — ALTERCOM. Seja bem-vindo. *(Pausa.)* Então, até o momento, o Sr. Renato não chegou? É isso? Ele não virá, mediante ofício enviado à Secretária desta Mesa, já na tarde de hoje.

Informo que também foram convidadas a participar desta audiência a Sra. Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais — ANJ; e a Sra. Zuliana Lainez, Vice-Presidente da Federación de Periodistas de América Latina y el Caribe — FEPALC, que não puderam comparecer, assim como o Sr. Renato Rovai, recém-agregado a esta lista de ausências.

Registro ainda, com muito orgulho para esta Comissão, a ilustre presença do Dr. Damian Loreti, assessor da Federação Argentina de Trabajadores da Imprensa, que aqui se faz presente a esta reunião.

Esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os convidados disporão de até 20 minutos para as exposições, não



podendo ser aparteados durante esse período; os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria, meus caros Deputados Pastor Eurico e Keiko Ota.

Antes de conceder a palavra inicial, quero apenas pedir desculpas, em nome da direção desta Comissão, pelo atraso, já que hoje — e é bom explicar a todos — está ocorrendo, de forma concomitante, a sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o Caso Cachoeira. Como esta Comissão é de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, muitos Parlamentares que dela também fazem parte se apresentam como membros titulares ou suplentes da CPMI. Hoje, como se trata de um depoimento bastante esperado, o do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, temos essa rotatividade de Parlamentares que tentam atender ambas as Comissões que possuem, tanto esta audiência pública daqui como a sessão da Comissão, temas de extrema e da maior relevância.

Então, feita a justificativa, em nome da Mesa Diretora desta Comissão de Segurança Pública — agradecendo às senhoras e aos senhores, o que foi importante também para que tivéssemos a Mesa completa, com todos os expositores presentes —, daremos início aos trabalhos.

Dessa forma, teremos como primeira oradora — até porque aqui somos cordiais e as damas falam primeiro, Deputada Keiko Ota —, a Sra. Maria José Braga, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, que terá o prazo regimental de 20 minutos para sua exposição.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores. Boa tarde, Srs. Deputados, Sra. Deputada presente, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Delegado Protógenes a iniciativa de propor esta sessão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para discutir o projeto de lei que federaliza a investigação de crimes contra a atividade jornalística. Agradeço também ao Presidente da Comissão, que nos honra com esta Presidência.

Também gostaria de apresentar as desculpas do nosso Presidente, Sr. Celso Schröder, que, por motivo de trabalho, não pôde estar conosco neste importante debate para os jornalistas brasileiros e para a atividade jornalística no País.



Eu gostaria inicialmente de apresentar os últimos casos de violência extrema contra os jornalistas brasileiros.

A Federação Nacional dos Jornalistas produz anualmente um relatório que registra os casos de violência. Normalmente, o maior número de casos está associado a agressões físicas e verbais, respondendo por aproximadamente 40% dos crimes contra jornalistas.

Os jornalistas também, no exercício da sua atividade, sofrem ameaças, atentados e censura ou tentativas de censura para sua atividade profissional. Extremamente ocorrem assassinatos. Nos últimos 3 anos — contando 2010, 2011 e 2012 —, nós temos um registro crescente do número de atentados e de assassinatos contra jornalistas.

Em 2010, um jornalista foi assassinado no Brasil, Francisco Gomes de Medeiros, que atuava no Rio Grande do Norte; em 2011, três jornalistas foram assassinados no Brasil e houve também o assassinato de outros três profissionais da Comunicação. No Brasil, nós temos distintas profissões da área da Comunicação e também nós distinguimos os empresários da Comunicação dos profissionais. Então, em 2011, três jornalistas foram assassinados: Adeilda Costa, em Mato Grosso; Luciano Leitão, em Pernambuco; Gelson Domingos, no Rio de Janeiro.

Outros profissionais da Comunicação que foram assassinados: Ednaldo Filgueira, blogueiro e militante político, Presidente do PT do Município de Serra do Mel, também no Rio Grande do Norte; Valderlei Canuto, radialista, que exercia sua profissão no Município de Tabatinga, no Amazonas, coordenando um programa de rádio; e Valério Nascimento, dono do jornal *Panorama Geral*, no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro.

Neste ano de 2012, nós estamos no início do mês de junho e já tivemos três casos de assassinatos de jornalistas. Foram assassinados: Paulo Rocaro, jornalista que atuava em Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul; Mário Randolpho, jornalista que trabalhava em Valença, Estado do Rio de Janeiro, e foi assassinado em Barra do Piraí. Ele havia se mudado justamente por conta das frequentes ameaças que estava recebendo em Valença. Tivemos também o assassinato de Décio Sá, jornalista em São Luís do Maranhão.



A Federação Nacional dos Jornalistas vê com bastante preocupação essa crescente violência contra os profissionais. Em função dessa preocupação, nós, desde o início, nos colocamos à disposição e totalmente favoráveis à proposta apresentada pelo Deputado Delegado Protógenes de federalizar as investigações de crimes contra os jornalistas. Isso porque nós entendemos que a falta de esclarecimento de muitos casos de violência contra os profissionais é um fator que não digo que incentiva, mas desencadeia o aumento da violência. Já que a gente não tem, na maioria dos casos, nem mesmo uma investigação que leve ao indiciamento dos culpados, a impunidade dos culpados é, sim, fator muito relevante para que ocorram casos de violência extrema, como o assassinato de jornalistas brasileiros.

Além desse importante projeto apresentado pelo Deputado Delegado Protógenes, a Federação Nacional dos Jornalistas está discutindo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e outras entidades de trabalhadores do campo da Comunicação a criação de um observatório da violência contra profissionais da Comunicação. Como a gente vê, pelos casos que eu citei, existe violência contra jornalista, mas também essa violência vitima outros profissionais da Comunicação, como radialistas e, na atualidade, vitima também cidadãos que exercem o seu direito da comunicação por meio dos *blogs* e outras iniciativas de tornar pública determinada informação para a sociedade brasileira.

Então, nós propusemos a criação desse observatório, recentemente, numa reunião na Secretaria, e entendemos que sua criação vai proporcionar um acompanhamento efetivo dos casos de violência no Brasil e, principalmente, vai nos municiar com dados mais concretos, como, por exemplo, do andamento das investigações, do andamento dos processos criminais, quando houver indiciamento e denúncia à justiça, para que a gente possa efetivamente combater a impunidade dos crimes contra jornalistas e outros profissionais da Comunicação.

É importante também ressaltar que 40% da violência contra jornalistas e profissionais da Comunicação, como eu já relatei, são agressões físicas e verbais. A gente entende que a sociedade brasileira precisa de outros mecanismos de mediação da relação dos veículos de Comunicação e dos profissionais de Comunicação com a própria sociedade. Por isso a Federação Nacional dos



Jornalistas defende a imediata aprovação de uma nova lei de imprensa para o Brasil, para que a sociedade se sinta mais resguardada, para que a sociedade se sinta mais protegida juridicamente e possa, quando se sentir ofendida por um profissional ou um veículo de comunicação, recorrer à justiça e ter celeridade na reparação do dano causado.

Existe um projeto de lei de imprensa pronto para ser votado na Câmara dos Deputados há mais de 10 anos. Há cerca de 10 anos foi consensuado entre os setores da Comunicação, inclusive com ampla participação do empresariado, mas, depois, no decorrer do tempo, houve uma mudança de posição e esse projeto está parado, precisando ser novamente colocado em debate e, de preferência, ser votado rapidamente, para que a gente tenha uma lei de imprensa que regule, entre outras questões, o direito de resposta do cidadão.

A FENAJ, também nessa política de mediação das relações dos profissionais de Comunicação com a sociedade, defende a criação do conselho federal de jornalistas e de seus respectivos conselhos regionais.

A Federação Nacional dos Jornalistas, entidade sindical, por muitas vezes, tem assumido o papel de conselho de classe e feito a defesa da profissão de jornalista, do jornalismo como atividade essencial à democracia, bem como a defesa da ética no jornalismo, com a constituição de comissões de ética nos sindicatos e com a constituição de uma comissão nacional de ética na própria Federação Nacional dos Jornalistas.

Entendemos também, até pela natureza da nossa entidade, uma entidade sindical, que a criação de um conselho federal dos jornalistas e dos respectivos conselhos regionais traria mais transparência e democracia nessa relação da sociedade com os profissionais do jornalismo.

Os conselhos federais existentes no Brasil para as mais diversas profissões são órgãos, na maioria dos casos, efetivamente democráticos e zelosos pelo exercício da profissão e pelo respeito que esses profissionais devem à sociedade, a cada cidadão e cidadã brasileira.

Esses conselhos assumem também a aplicação efetiva do Código de Ética Profissional. Nós, jornalistas brasileiros, temos o nosso Código de Ética amplamente discutido e difundido pela categoria, aprovado em congressos, embora a sua



aplicabilidade não seja tão eficiente justamente por que as comissões de ética, de fato, não têm poder de punição, prerrogativa que teria uma comissão de ética de um conselho profissional, resguardando o cidadão nessa relação com os profissionais.

Por último, queremos deixar registrado que a Federação Nacional dos Jornalistas, no momento em que a Presidenta Dilma acabou de nomear os membros e de instalar a Comissão Nacional da Verdade, a nossa entidade quer contribuir com esse trabalho e vai fazer o levantamento dos casos de violação de direitos humanos do período estipulado para a Comissão da Verdade trabalhar. Queremos fazer o levantamento de todos os casos envolvendo jornalistas brasileiros para contribuir com esse trabalho e efetivamente esclarecer o que ainda está obscuro na história do País nesse período, principalmente da ditadura militar. Queremos que esse levantamento contribua para o fortalecimento da nossa democracia.

Nós estamos atuando em várias frentes e consideramos muitíssimo importante que a nossa sociedade desperte também para esse problema da violência, para os diversos tipos de violência cometidos contra os profissionais da imprensa, porque em todos esses casos não se trata de uma violência individual, que tenha cunho individual, mas uma violência contra a difusão das informações de interesse público, justamente para contribuir com o fortalecimento da democracia.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Carlos Alberto) - Quero agradecer à Sra. Maria José Braga, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, pela objetividade da exposição, pela sinceridade, analisando os dois lados, não só o dos jornalistas, mas também o dos cidadãos e das autoridades quando abordados por esses profissionais, algumas vezes, ferindo o Código de Ética da própria classe.

Quero então agradecer à senhora. Muito obrigado e meus parabéns.

Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Granero, Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, a FIJ.

**O SR. GUSTAVO GRANERO** - *(Exposição em espanhol.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Carlos Alberto) - Muito bem. Gostaria de agradecer as palavras do Sr. Gustavo Granero, Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas — FIJ, que nos fez um retrospecto aqui dessa grave questão de assassinatos de jornalistas, de profissionais dos meios de comunicação,



enfim, o que não é uma prerrogativa só do nosso País, do Brasil. Ele citou vários países e as pretensas soluções que estão procurando para sanar esse problema.

Concedo a palavra ao Sr. Rodolfo Machado Moura, Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, mas antes de passar a palavra ao Sr. Rodolfo, eu, Líder do meu partido, o Partido da Mobilização Nacional, comunico que tenho uma reunião agora com os Líderes da Casa para definir a pauta semanal.

Eu gostaria de convidar o Pastor Eurico para conduzir as ações daqui para frente.

Agradeço aos palestrantes: muito obrigado. Saúde e paz!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Eurico) - Senhoras e senhores, dando prosseguimento, vamos ouvir agora as palavras do Sr. Rodolfo Machado Moura, Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), por 20 minutos.

**O SR. RODOLFO MACHADO MOURA** - Muito obrigado, Deputado Pastor Eurico. Cumprimento a Deputada Keiko Ota, a jornalista Maria José, o jornalista Gustavo Granero.

Quero agradecer a esta Comissão pela oportunidade do convite à ABERT. Em nome do Presidente Emanuel Carneiro, parabenizo também os organizadores pela relevância deste debate de trazer à tona um projeto de lei que consideramos da mais alta relevância. E viemos aqui na modéstia incumbência de tentar contribuir para o enriquecimento desta discussão.

Por não ser jornalista, eu não tenho a mesma fluência verbal dos expositores que me antecederam. Então, vou fazer uso de uns eslaides ou de umas transparências para nortear um pouco melhor as posições que eu gostaria de passar para vocês.

Vou fazer uma rápida introdução sobre a ABERT.

A ABERT é uma entidade que vai completar 50 anos no final do ano. É uma associação que tem hoje mais de 3 mil emissoras de rádio em seus quadros e um bom número de emissoras de televisão também.

Nós somos a segunda maior associação de radiodifusores do mundo. Nós só temos menos associados que a NAB norte-americana.





E nós temos, entre os nossos objetivos primordiais, a defesa da liberdade de expressão em qualquer uma das suas modalidades. Esse é um dos atributos fundamentais da ABERT, até pela sua constituição.

Este é o nosso sítio na Internet, esta é a página inicial, e eu a copiei só para vocês poderem verificar que existe, no canto superior à direita, um quadrinho que está sendo feito, infelizmente, do número de jornalistas que já teriam sido assassinados no País neste ano.

Eu estava conversando com a Maria José: há uma diferença, ela apontou três, e nós estamos computando quatro. Há uma divergência sobre um jornalista ou não, chamado Laécio de Souza, que foi assinado no dia 3 de janeiro na Bahia. Eu até fiz uma pesquisa rápida, na Internet. Efetivamente, há alguns *sítes* que o colocam como jornalista, outros, como radialista. Mas, infelizmente, fosse ele jornalista ou não, acaba agregando o número de vítimas de pessoas que trabalham com a informação, que procuram levar a informação à população brasileira, à sociedade, e teve sua vida tolhida por tentar levar essa informação à população.

Clicando naquele *banner*, há um levantamento que a ABERT tem feito, desde 2007, sobre as violações à liberdade de expressão, carreando para lá todas as ofensas, agressões, atentados que tenham sido cometidos contra profissionais e empresas ligadas à imprensa não só as de radiodifusão, mas acabamos copilando para esse número as de revista e as de mídias eletrônicas.

E aqui fiz a copilação de alguns desses números, de como tem sido o que conseguimos computar. Vocês podem verificar que o número principalmente de assassinatos está num crescente. Nós não conseguimos verificar aqui, no Brasil, nenhum assassinato em 2007 ou 2008. Em 2009, houve 1. E esse número vem crescente: em 2011, chegamos ao número de 6. E, agora, em 2012, só no início deste ano, já temos computadas 4 mortes de profissionais que trabalham na imprensa, obviamente em decorrência de crimes. Às vezes, há certa dificuldade em conseguir caracterizar quando esse crime tem envolvimento com a atividade profissional da pessoa que veio a perder a vida.

Por exemplo, o assassinato da jornalista Sandra Gomide, que tudo mundo vai se lembrar, pelo também jornalista Pimenta Neves, é um crime que, embora bárbaro, não entra nessa copilação. Embora ele seja anterior a 2007, obviamente não seria



incluído aí. Procuramos computar simplesmente aqueles crimes que estão atrelados à questão da prática profissional da pessoa ou da empresa.

Este é outro quadro. Para quem não conhece, o CPJ, que é o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, é uma organização sem fins lucrativos, já bastante antiga. Ela foi fundada em 1981. Tem sede em Nova Iorque. É uma instituição independente e copila o número de jornalistas, obviamente, que tiveram sua vida ceifada em decorrência da sua atividade profissional.

Infelizmente, o Brasil ocupa, neste *ranking*, um número muito relevante. O Brasil está na 11ª colocação, logo depois do Afeganistão e à frente de outros países que têm uma situação institucional muito pior que a brasileira, como o caso de Bangladesh, Serra Leoa, Ruanda, Sri Lanka. Realmente, é preocupante.

Gostaria de agregar que esses 21 assassinatos copilados pelo CPJ não englobam outros 9, os quais o Comitê não conseguiu ainda vincular à atividade profissional.

Então, o próprio caso do Décio Sá, que foi assassinado este ano no Maranhão, não aparece nesta listagem do CPJ.

O CPJ tem, em seu levantamento, outros 9 profissionais assassinados no Brasil que não estão computados ali. Talvez pela proximidade, nós acreditamos que várias dessas 9 pessoas foram assassinadas por motivação decorrente da atividade profissional. Então, o Brasil, com 30 assassinatos, subiria para a 8ª posição.

Fiz o levantamento desses jornalistas, de forma a tentar demonstrar que a maioria das mortes acabam sendo praticadas em locais de menor contingente populacional e de veículos regionais ou locais. Isso é muito relevante. Acho que essa é uma das grandes virtudes desse projeto, tentar federalizar a apuração desses crimes porque podemos perceber que eles acabam, na maioria das vezes, não tendo a apuração devida. Muitas vezes, isso ocorre por circunstâncias peculiares, pois a polícia local, que é uma polícia estadual, acaba não apurando, não fazendo a elucidação do crime e punindo os criminosos. E, como a Maria José muito bem antecipou, essa impunidade acaba servindo como incentivo — não sei se foi essa a expressão exata que ela usou —, mas o criminoso acaba percebendo: acaba não surtindo nada, então não há problema algum em ceifar a vida do jornalista.



Em 1994, foi em Vitória da Conquista, esse é só um exemplo. Ocorreu em Barroso; Rio Verde, Goiás; São Fidélis; São Gonçalo. Nos outros anos, vamos percebendo que, normalmente, são em cidades de menor porte: Itabuna; Ouro Verde do Oeste, em Rondônia; Canindé de São Francisco, em Sergipe.

Há o caso de 2002, que foi bastante falado, inclusive, fez 10 anos agora. E o Senado Federal fez uma sessão em que discutiu essa questão da violência, longe de ser uma celebração, na época em que completou 10 anos do assassinato do Tim Lopes. Isso até demonstra como esses assassinatos ocorridos em cidades maiores e de órgãos de comunicação de maior relevância acabam tendo uma implicância maior. Tanto que, 10 anos depois, foi feita uma audiência pública para tratar disso; enquanto, muitas vezes, com outros jornalistas que tiveram a vida ceifada, acaba não ocorrendo o mesmo desfecho.

Estamos chegando ao fim, há também: Coronel Sapucaia...

Estes são os desses últimos anos... uma coisa para a qual queria chamar atenção, deste último, de 2012, é que a CPJ só computou um assassinato de jornalista neste ano de 2012. Os outros ainda não foram incluídos nesta listagem. Como já estamos, na lista da ABERT, em 4 e, na da FENAJ, com 3, vocês podem ver que o número é efetivamente maior.

Queria chamar a atenção para o assassinato do Mário Randolpho Marques Lopes, de Barra do Piraí, que era responsável por um *site*. O Mário está no nosso relatório também em 2011, porque ele havia sofrido um atentado grave. Em 6 de julho de 2011, ele foi atingido por três tiros. Ele sobreviveu. Porém, possivelmente o criminoso percebeu que não iria sofrer qualquer represália, não iria ser carregado à Justiça, e agora, em 2012, conseguiu o que pretendia, o que, desta vez, culminou na morte do jornalista.

É muito importante buscarmos dar resposta a esses crimes, porque não só vidas que estão sendo ceifadas — embora isso seja o mais relevante no que estamos discutindo —, mas a própria questão do exercício de uma atividade profissional de mais alta relevância, que é buscar informar a população do que tem ocorrido.

Eu só tenho mais três eslaides que acho significativos para mostrar.



O primeiro está relacionado às áreas de atuação dos jornalistas — isso é sempre do CPJ —, em que área trabalhavam esses jornalistas assassinados. Vocês vão notar que dá mais de 100% porque o jornalista trabalha em mais de uma área. A área da corrupção era em torno de 67%; na cobertura da área policial, 43%; na política, 33%; em direitos humanos, 19%; e de negócios, 5%.

Acho bastante relevante o próximo eslaide, em que vocês vão ver a questão de como a impunidade reina nesses crimes.

Desses 21 crimes que culminaram em assassinato, que o CPJ relatou, colecionou, em 75% não houve elucidação. Ou seja, não se sabe quem foi o mandante, não se sabe quem foi o operador que acabou perpetrando o crime. Em 15% deles, houve a elucidação parcial, do criminoso propriamente dito, de quem apertou o gatilho, ou deu a facada, ou do mandante. E apenas em 15% deles, houve elucidação total do ocorrido.

Este é outro número que gostaria de trazer, da Sociedade Interamericana de Imprensa. Quero fazer essa correlação de que, independente de qual seja o número exato, a situação é muito grave. A SIP também computa 21 homicídios não elucidados aqui no Brasil, que não foram levados a julgamento ou que estão em processo de julgamento ainda não encerrado. E, de novembro de 2011 a março de 2012, levanta 30 casos de crimes ou violências perpetrados contra jornalistas ou empresas da área de imprensa.

Minha participação é essa. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. E fico à disposição para eventuais debates.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Eurico) - Terminadas as exposições, iniciaremos os debates.

Cada interpelante deverá fazer sua formulação em, no máximo, 3 minutos, tendo os convidados igual tempo para responder.

Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis.

Na verdade, a prioridade seria do Delegado Protógenes, que apresentou este PL nº 1.078, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio 2002, que entendemos ser de grande relevância, haja vista que, com tudo que acabamos de ouvir, muitos crimes



não foram elucidados. Na sua propositura, conclama a Polícia Federal para que possa tentar elucidar os casos que não foram elucidados.

Seria de muita importância sua participação, mas entendemos suas ocupações por estar também na CPI, não como vítima, mas como defensor da seriedade das coisas certas. Por isso, não pôde estar aqui.

Queremos neste momento aproveitar, assim como nosso Presidente honrou a nobre Sra. Maria José Braga, para também iniciar passando a oportunidade a S.Exa., Deputada Keiko Ota, representante feminina muito digna nesta Casa, em especial nesta Comissão de Segurança Pública.

**A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA** - Obrigada, Deputado. Não é tudo isso que o senhor disse não. Quero só fazer um comentário. Em 1997 eu tive um filho sequestrado e barbaramente assassinado. Justamente, na segunda-feira retrasada, nós fomos até o Rio de Janeiro, à Assembleia, fazer uma homenagem ao Tim Lopes. A minha família, depois dessa tragédia, teve um relacionamento, um laço forte com ele, que fez aquele programa *Frente a Frente*, um programa restaurativo. Meu esposo, pai do Ives, ficou de frente com o assassino. Depois que ele fez esse *Frente a Frente*, ele ficou liberto do ódio. Eu tenho um carinho especial pelo Tim Lopes, porque deu essa oportunidade de ele tirar o ódio e falar do perdão.

Como eu presido uma Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Violência e o UDVV, a União em Defesa das Vítimas de Violência, precisamos sempre contar com o apoio do jornalismo. Tenho certeza de que, quando acontece uma fatalidade com uma mãe, com um pai, eles têm necessidade de gritar ao mundo, dividir a dor. E o jornalismo ajuda muito as famílias.

Então, só tenho a agradecer e dizer que contem com o meu apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputada Keiko Ota. Sempre nos emocionamos com os depoimentos e testemunhos de V.Exa.

Passamos a palavra ao próximo inscrito, Deputado Pastor Eurico.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar a Comissão de Segurança Pública por receber em audiência pública representantes de área tão especial de nosso País e também representante internacional da área da imprensa.



Entendendo que a voz da imprensa, quando foi calada por muito tempo, deixou os cidadãos à mercê do que queriam que o povo soubesse e não da realidade dos fatos. Mesmo assim, entendemos que hoje em todo o mundo a imprensa enfrenta problemas. Em nosso País, temos a liberdade de imprensa, mas os problemas continuam.

Eu escutei atentamente as palavras de todos que se pronunciaram. Gostaria de parabenizar a Sra. Maria José Braga por suas colocações importantes e esclarecimentos, mostrando exatamente o sofrimento, as ameaças, os atentados e assassinatos que os profissionais da área da imprensa têm sofrido.

Uma coisa me chamou a atenção, e eu gostaria de registrar uma pergunta exatamente sobre a Comissão da Verdade, citada pela senhora. Eu tenho algumas observações a fazer concernentes à Comissão da Verdade. Entendo que ela é necessária, precisa funcionar, como já está funcionando — ela já foi instituída no Congresso Nacional e vários Estados do nosso Brasil a estão instituindo. A pergunta é: de que maneira a senhora vê a Comissão da Verdade, da forma como ela está sendo divulgada? Parece que ela só está olhando a verdade de um lado.

Eu sou de um partido da base do Governo. Entendo as barbáries que a ditadura militar realmente fez neste País, mas não podemos deixar de lado que aqueles que lutavam pela liberdade das pessoas e também pela liberdade de imprensa, estes eram mais cautelosos, mas aqueles que queriam que a esquerda estivesse à frente do País também praticaram muitas barbáries.

Existe o lado da ditadura militar, que realmente foi terrível, que tem que ser apurado, mas parece que a imprensa só olha para esse lado. Existia outro lado também, e militares também sofreram. Houve assassinatos.

De que maneira a senhora vê isso? Em minha opinião, a Comissão da Verdade deve apurar os dois lados, por isso eu faço essa colocação. Ela tem que ser isenta, não pode estar só de um lado. O que eu vejo é que a imprensa está — não sei se eu a colocaria como vítima da situação — levando só para um lado. Eu acho que ela tem que ser isenta, porque essa é a posição dos profissionais.

Sobre a fala do nobre Sr. Rodolfo, eu acho que são importantes todas as suas colocações. Causa-me admiração o *ranking* em que estamos: 11º lugar no planeta em assassinatos de profissionais da imprensa. Realmente, essa notícia deixa-nos



preocupados. O Brasil desponta em tantas áreas, mas parece que no lado negativo também nós despontamos, o que é realmente difícil. Há também a preocupação de que 75% dos casos não foram resolvidos nem esclarecidos. Alguns, como colocou V.Exa., foram resolvidos — 15% de forma parcial e 15% de forma total.

Gostaria de fazer uma pergunta para o senhor e não é partidarismo. Existe alguma orientação da ABERT, que trata hoje de rádio e TV, às emissoras de rádio e TV concernente aos conteúdos jornalísticos, sobre o que tem de ser divulgado pela imprensa? Em dados momentos, parece que ela é paternalista para um lado. Algumas coisas não são divulgadas e para outras se dá muito espaço.

Há uma preocupação. Eu sou pastor evangélico, sou Deputado, estou Deputado, mas observo, em nosso País, as ações sociais desenvolvidas pelas entidades religiosas — e eu não estou aqui primando só os evangélicos, nas entidades religiosas eu incluo a Igreja Católica e até movimentos diversos que trabalham a questão social. Praticamente não há muito espaço na imprensa, e esses movimentos não são divulgados. Os movimentos, às vezes, minoritários, como algumas lutas pessoais, têm tido muito espaço. Parece-me que a coisa fica muito canalizada para um lado. Não se divulga o tanto que se faz.

Concernente ao nosso ilustre amigo, representante internacional argentino, é um prazer recebê-lo.

**O SR. GUSTAVO GRANERO** - *(Exposição em espanhol.)*

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Esta é minha pergunta a respeito especialmente da Argentina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Domingos Dutra. Antes, esclareço à Mesa que as respostas serão dadas em bloco, no final.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Deputado Efraim, Sr. Rodolfo Machado, Sra. Maria José Braga, Sr. Gustavo Granero, eu não componho esta Comissão, estava em outra atividade e não pude ouvir a exposição de V.Sas. No entanto, manifesto minha posição favorável ao teor do projeto, considerando que toda e qualquer atitude do Estado que possa frear, diminuir, combater a criminalidade deve ser realizada. Segundo, porque determinados crimes fogem da esfera individual pela relevância das funções que a vítima exerce.



Além dos jornalistas, além daqueles que trabalham na imprensa — porque qualquer agressão a um profissional da imprensa é uma agressão à sociedade, que se vê privada de uma informação livre —, o profissional que não tiver liberdade não vai conseguir informar de forma livre. Portanto, qualquer atentado à liberdade de imprensa, àqueles que fazem a comunicação é um atentado à democracia, à cidadania. E isso não favorece a construção de um país cidadão.

Acrescento ainda que qualquer crime contra defensores dos direitos humanos, contra qualquer autoridade pública que exerça sua função e que, em função dela, sejam ameaçados deve ser federalizado. Vivemos num país gigante, num país diferente em todos os aspectos. Vivemos em unidades federadas onde o poder político muitas vezes está casado, amigado com o crime organizado, o que favorece uma série de atividades criminosas.

Quando se fala da mídia, na maioria dos Estados, temos uma mídia oligárquica, em que a maioria dos políticos é detentores dos meios de comunicação, inclusive das rádios comunitárias, de forma dissimulada e fraudulenta. Portanto, além daqueles que fazem a imprensa, temos que federalizar todos os crimes que violem direitos ou atentem contra os operadores dos direitos humanos.

Uma série de lideranças sindicais rurais está ameaçada de morte. Muitos já morreram. Quando eu me refiro ao campo, dou ênfase a isso não apenas por minha ligação profissional e política, mas porque formar uma liderança camponesa é muito demorado. O custo é muito alto. Quando se elimina uma Margarida Alves, um Chico Mendes, uma Irmã Dorothy, e tantas outras lideranças do campo, simplesmente atingem-se o movimento social e a luta política que se travam no interior do Brasil para levar cidadania ao campo brasileiro.

Por isso, sou favorável que se ampliem os casos de federalização, considerando o que já disse, mas também a baixa qualidade dos policiais civis militares nos Estados, a baixa quantidade de servidores públicos na área de segurança para dar garantias à população, e a carência de equipamentos.

Quero destacar, neste momento, que, a respeito da situação dos jornalistas, nós da Comissão de Direitos Humanos estamos acompanhando assassinato de jornalista em Mato Grosso, estamos acompanhando caso na Paraíba, e, mais recentemente, caso no Maranhão, onde há dois meses foi executado um jornalista à





noite, na avenida mais movimentada da cidade, uma avenida litorânea, com cinco tiros na cabeça, e até o momento a investigação está empacada. O retrato falado do executor só foi divulgado 38 dias após o fato, embora 24 horas após o crime tenha havido uma oferta de 100 mil reais a quem fornecesse informações.

Na condição de leigo, entendo ser impossível a sociedade contribuir com informações se não há nem um retrato falado. Em 38 dias saiu o retrato falado.

Quem cometeu esse crime está impune. Além da agressão à sociedade e à família, aqueles que estão vivos estão todos receosos. Ninguém tem coragem de escrever a respeito do assunto, com medo de ser a próxima vítima.

Quero parabenizar a Comissão de Segurança Pública. Desejo que esses projetos andem. Infelizmente, nesta Casa, as matérias andam mais lentamente do que uma preguiça. Temos uma estrutura legislativa que não favorece a tramitação de projetos de iniciativa dos Parlamentares. Há competição com o Senado. Muitas vezes, se o projeto for urgente, é melhor mandá-lo para o Senado. Se o mesmo projeto começa a tramitar no mesmo dia na Câmara e no Senado, enquanto ele passa por Comissão na Câmara, o Senado já o aprovou e já o mandou para a Câmara.

Portanto, espero celeridade em relação aos projetos. Todas as vezes que surge um crime de repercussão, todos se comovem e se mobilizam, mas, algum tempo depois, todos baixam o faixo, esperam outra vítima, outra morte, outra tragédia, outra comoção para, de novo, tocar no assunto.

Espero, Deputado Efraim, que esses projetos andem e que, além da Comissão presidida por V.Exa., que está fazendo o debate e vai andar com certeza, façamos uma comunhão de esforços, a fim de levá-los ao plenário, e não esperarmos a próxima vítima para, de novo, nos assanharmos.

Vou pegar as notas taquigráficas porque os dados aqui passados me interessam, a fim de acompanharmos os crimes contra jornalistas, juízes, delegados de polícia, promotores, lideranças sindicais, todos aqueles que sofrem algum tipo de restrição no livre exercício da sua profissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado pelas referências elogiosas, Deputado Domingos Dutra. Saiba V.Exa. que conta com o



interesse desta Comissão em ser plataforma para provocar o célere andamento do debate sobre esse projeto de lei. Também temos o maior interesse de ver essas resistências que porventura possam existir serem superadas. A sociedade precisa avançar e, sem dúvida nenhuma, a liberdade de expressão é um dos pilares de uma sociedade moderna.

Com a palavra o Deputado Lourival Mendes, próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão. V.Exa. tem se tornado referência para todos nós nessa luta incansável em defesa de uma segurança pública de boa qualidade, uma segurança pública eficiente.

Quero deixar consignado nesta Comissão e ao Deputado Domingos Dutra, do meu Estado — e reconheço a sua legitimidade —, que o Maranhão é um dos Estados que mais combate efetivamente o crime. Tem diminuído sensivelmente o índice de criminalidade no Estado do Maranhão, se a compararmos com anos anteriores.

O Secretário de Segurança, Aluísio Mendes, tem trabalhado diuturnamente em defesa disso, perseguindo essa investigação. E tenho certeza de que a diminuição é fato concreto. Um crime com suas complexidades não se resolve da noite para o dia, Deputado Dutra. Mas, com certeza, V.Exa. e todo o Brasil terão conhecimento de tudo no devido momento. E não creio que vá demorar muito. Estamos a 45 dias de um fato que causou espanto a todos nós. A segurança pública do Maranhão tem trabalhado diuturnamente. O Secretário tem trabalhado, afirmo a V.Exa., com toda a sua equipe, em cima desses fatos. E o índice de criminalidade no Estado do Maranhão — V.Exa. é testemunha mais do que ninguém — tem diminuído sensivelmente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Com todo o prazer.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado.

Em nenhum momento, diante da amplitude do tema, eu quis trazer a situação de apenas um Estado a respeito da criminalidade. Eu também tenho consciência de



que a criminalidade não é privilégio, lamentavelmente, de um Estado. E não vou trazer para este debate assunto específico do Maranhão.

Sobre a execução do jornalista, o que eu fiz aqui? Já que o tema principal é ameaça à liberdade de imprensa e aos crimes contra jornalistas, em que infelizmente o Brasil está na 11ª posição no mundo, e o número de impunidade, ou seja, de não condenação ou de não julgamento dos fatos é também alarmante, citamos o caso do jornalista Décio Sá, sem entrar no mérito se a Secretaria de Segurança está certa ou errada, da dificuldade que tem, até porque há o sigilo. Apenas constatamos um fato por ser relevante. A ONU se manifestou pela apuração. Semana passada, outro organismo internacional também se manifestou. Portanto, eu não fiz juízo de valor sobre a investigação.

O nosso desejo, como nossa garantia, como garantia de quem trabalha, é o de que haja uma apuração e se punam responsáveis. Desejo que a Secretaria de Segurança chegue aos autores e mandantes desse caso e de outros, que ainda estão lá, sem solução.

Digo isso para não dizerem que estamos transformando esta audiência no embate sobre o que é bom e o que é ruim no Estado do Maranhão.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Tenho certeza de que V.Exa. jamais teria essa intenção em fazer individualização estatal para promover um discurso que não fosse realístico. O que quero deixar consignado é que o Maranhão faz parte do contexto. Se pegarmos o índice de criminalidade, o mapa de violência do Brasil, o Maranhão tem contribuído sensivelmente com a diminuição desses fatos. E isso graças ao trabalho que o Secretário de Segurança, Aluísio Mendes, tem feito naquele Estado. Temos trabalhado com inteligência, com eficiência, dando uma segurança pública de boa qualidade.

É claro que não queremos dizer que não temos erros, não temos defeitos nem dificuldades. É claro que os temos, até em decorrência dos próprios recursos, mas o Secretário, toda a sua administração e todo o sistema de segurança da Polícia Militar, através do Comandante-Geral, da Polícia Civil, através da Delegada-Geral, estão irmanados pela defesa de uma segurança pública de boa qualidade. Não podemos permitir que as coisas passem sem que sejam colocadas.



Tenho certeza de que o Estado do Maranhão ainda vai ser um modelo para o Brasil. É questão de tempo. Acredito nisso. Tenho 32 anos como Delegado de Polícia de carreira. Eu sei como o trabalho está sendo feito. Não seria leviano para vir aqui e dizer, como eu disse há 44 dias, que tenho certeza de que esse crime será elucidado. Se acharmos que as coisas se resolvem de forma instantânea, estamos errados. Temos o caso histórico do Presidente Kennedy. Até hoje a autoria do crime não foi definida. Há uma complexidade muito grande, porque esse tipo de crime é feito por profissionais. Há um preparo, um estudo e levantamentos.

Acredito muito no sistema de inteligência do Maranhão e creio que esse crime será mais um dos elucidados no Estado, com certeza. O mundo inteiro e o Brasil inteiro participarão e acompanharão o desenvolvimento dessa matéria. Não acredito que o Maranhão esteja contribuindo fortemente de forma negativa. O Estado trabalha em defesa de uma segurança pública de boa qualidade e eficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Não havendo mais inscritos para o momento, permitam-me apenas, em nome da Mesa, deixar registrada a alegria em receber as senhoras e os senhores aqui presentes.

O Delegado Protógenes estava por aqui. Vou falar enquanto o Deputado não chega. Tenho certeza de que S.Exa. vai querer fazer uso da palavra antes das considerações finais.

Quero apenas deixar clara a posição da Mesa, não da Comissão, mas a minha opinião particular enquanto Deputado, membro deste Parlamento. O crime praticado contra o jornalista, especialmente em virtude de seu ofício, merece, sim, ser qualificado, tem a intervenção da Polícia Federal e tem de ser tratado de forma diferenciada, porque atinge muito mais do que um crime contra a vida de um indivíduo, que é o bem maior que existe. Agregado a esse bem maior, ele também atinge o direito à liberdade, o direito à liberdade de forma ampla, em que se pressupõe o direito da liberdade de informar, da liberdade de expressão, da liberdade sem censuras, pela qual o Brasil lutou tanto tempo, para que pudesse usufruir desse direito como prato do dia a dia na sua mesa.

É importante termos a certeza de que o fundamento da liberdade de imprensa pressupõe dois grandes direitos: a liberdade de expressão e a liberdade de se informar. O cidadão tem o direito de ser informado; o cidadão tem o direito de se



informar. Se não for através de uma imprensa livre, esse direito será cerceado. Uma frase do próprio Presidente Lula, Deputado Domingos Dutra, que repercutiu muito nesta semana, em virtude de todos os acontecimentos, para mim, representa muito: *“Notícia é aquilo que é publicado e de que não gostamos. O resto é propaganda.”* Notícia realmente é a razão, a verdade. Às vezes, por conta de todos os Governos, há uma vontade imperiosa de quererem que seja publicado o *release* oficial, que sai dos escaninhos da Secretaria de Comunicação dos Governos Municipais, Estaduais e do Governo Federal. E a notícia vai muito mais além.

Acredito que o jornalista tem de ter compromisso com a verdade. Se jornalista tem lado ou não, isso é de cada um de nós, é da nossa natureza. Às vezes, tenho mais simpatia por uma ideia liberal; às vezes, tenho mais simpatia por uma ideia socialista. Isso é da natureza do indivíduo. O compromisso do jornalista tem de ser com a verdade. Se ele está publicando a verdade, pouco importa se ela é mais simpática a um lado ou se é mais simpática a outro.

Acho que a liberdade de imprensa pressupõe essa possibilidade de haver revistas, jornais que tenham uma simpatia maior por um lado ou pelo outro, desde que o que esteja sendo publicado seja verdade. A liberdade de imprensa pressupõe essa liberdade de expressão e o direito de informação, até porque ninguém pode esconder que a grande ouvidoria do Brasil nos últimos tempos tem sido a imprensa. O Estado brasileiro — e digo Estado, mais uma vez, *lato senso*, em âmbito federal, estadual e municipal — raramente tem ouvidorias que funcionem. Os Estados brasileiros não têm ouvidos. Os grandes ouvidos da sociedade brasileira têm sido a imprensa, o fórum adequado para ser uma plataforma em que surgem denúncias, críticas e ruídos bem-vindos ao bom debate.

Rui Barbosa dizia algo como *“crer na imprensa”* — e é isso que esperamos, sabendo que a imprensa tem, sim, os seus desvios éticos, infelizmente. Há bons e maus jornalistas, como há bons políticos e maus políticos, como há bons advogados e maus advogados. Há aqueles jornalistas que infelizmente se desviam, infringem a ética. Já se dizia: o juiz que não julga, o promotor que não acusa, o advogado que não defende, o político que não representa e também o jornalista que não informa. Tudo isso são infrações éticas com as quais convivemos no dia a dia. E Rui Barbosa dizia que crer na imprensa é crer no poder da razão e da verdade.



Nós queremos, através de momentos como este, provocados pelo requerimento do Deputado Delegado Protógenes e a participação de vários Deputados, dizer que, quando cremos na imprensa, é porque queremos crer no poder da razão e da verdade. Se houve uma invenção infeliz da humanidade, meu caro Deputado Pastor Eurico, foi a vontade de querer julgar ideias. Julgar ideias é muito difícil. O máximo que podemos e devemos fazer é respeitá-las. É aquela velha máxima da tolerância à expressão da ideia divergente. Onde existir uma ideia divergente, maior será o meu empenho para que alguém tenha o direito de expressá-lo.

E entro na sua pergunta. Eu queria fazer esses questionamentos aos nossos convidados, particularmente ao Dr. Gustavo Granero, Vice-Presidente da Federação Internacional de Jornalistas, exatamente um pouco mais sobre qual a visão da Federação Internacional sobre os problemas que acontecem, por exemplo, na Venezuela, de onde há notícias de um grave cerceamento do direito de expressão, com fechamento de canais de televisão; e assuntos na mesma vertente se multiplicam na Argentina e em outros países da América Latina. Então, qual é a visão? Muitas vezes, a informação que temos é de um lado e não de outro.

Então, esperamos ter de uma federação, realmente, uma ideia articulada sobre isso que está acontecendo. E, claro, muito me interessa também a opinião da Sra. Maria José Braga e do Sr. Rodolfo Machado sobre esses temas, em especial, tratando-se de Brasil, sobre a possibilidade que tanto se comenta da lei de meios de comunicação, que se costumou chamar inicialmente de Conselho Nacional de Imprensa — não me lembro se era isso — e, depois, de lei de meios de comunicação.

Enfim, há muito temor, fundamentado ou não, de que possa ser o que se chama de controle social da mídia, de que seja realmente a volta da censura e a necessidade de se ter o *release* oficial como manchete dos grandes jornais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. E isso mais uma vez muito me preocupa.

Já dizia, se não me engano, um Presidente americano — não sei se o Kennedy — que, para escolher entre governos sem jornais ou jornais sem governos, necessariamente ele escolheria a segunda opção. E a Presidente Dilma também já falou uma frase que também merece nosso respeito, se transformada em verdade,



no sentido de que é preferível o ruído da imprensa livre ao silêncio da censura e das ditaduras. É essa a nossa posição.

Antes de encerrar as inscrições, pergunto se o Deputado Delegado Protógenes, como autor do requerimento, inclusive, gostaria de fazer uso da palavra.

Permita-me, Delegado Protógenes, mais uma vez informar que a audiência também está sendo transmitida pela Internet.

Além disso, justifico que hoje, por estar ocorrendo a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com oitiva do Governador de Goiás, Marconi Perillo, no caso Cachoeira, houve uma rotatividade muito grande de Parlamentares que tiveram de se deslocar entre ambas as reuniões.

Feito esse registro, passo a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES** - Primeiramente, quero agradecer a disponibilidade de tão honrosa presença do Sr. Gustavo Granero, Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas; da nossa Vice-Presidente da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), Maria José Braga; e do Rodolfo, da ABERT.

E digo que a grande razão, Gustavo, desse projeto de lei não é só chamar a atenção, porque os dados que a Federação Internacional de Jornalistas nos coloca, à classe política, em nível internacional, são elevadíssimos, e estão numa muito grande ordem crescente. Não há um arrefecimento, uma diminuição de crimes praticados contra jornalistas no exercício de seu trabalho, vitimados muitas vezes em sequestros, em torturas. Já tivemos aqui casos do passado, quando relembramos um pouco de um período muito triste do Brasil, em que foram vitimados vários jornalistas. E o símbolo maior foi o nosso Vladimir Herzog, vivo na memória, morto de forma bárbara no cárcere da Polícia política na época no Brasil.

Também tivemos vários outros casos. E o que mais chamou a atenção foi o de Tim Lopes, que, numa comunidade pobre, fazia uma reportagem jornalística em que denunciava as atrocidades do narcotráfico praticadas contra crianças. E esses casos tiveram várias notícias; a imprensa cumpre o seu papel, ou seja, está no art. 220 da Constituição da República a seguinte assertiva:

*“A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o*



*disposto nesta Constituição.*” E, aí, remete-se ao art. 5º, que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos.

Será que nós, no Brasil, cumprimos esse artigo? Será que não há nenhuma restrição contra a atividade do jornalista, ou seja, quando o jornalista é vitimado e paga com sua própria vida?

O próprio relatório do Comitê de Proteção dos Jornalistas, com sede em Nova York, fez contato com o nosso gabinete, denunciou o fato às autoridades brasileiras, que nunca chegaram aos mandantes dos crimes na maioria dos casos dos jornalistas vitimados. À medida que se aproximam as eleições no País, tanto a municipal quanto as dos Estados e até a da Presidência da República, há uma escalada, aumenta o número de jornalistas ameaçados e vitimados, porque está na veia jornalística, na boa informação, passar à população, principalmente aos eleitores, o exercício da cidadania e de cobrar das autoridades maior responsabilidade pública.

Esse é o pecado que o jornalista comete diante dessas atrocidades, ou seja, um pecado — para muitos, é pecado —, ou seja, para aqueles algozes que dizem que os jornalistas não poderiam informar tais escândalos, mas para a população, não. É direito nosso ter acesso a essas informações de forma lícita e principalmente isenta. Então, por 20 anos, segundo dado estatístico, cerca de 70% de mortes de jornalistas aqui no meu País, aqui, no nosso Brasil, estão sem punição. Estão sem punição 70% — não é 1%; não são 2%; nem 20% nem 30%. São 70%.

Há aqui um trabalho muito bem elaborado de uma entidade internacional que coloca o Brasil na terceira colocação; nós já somos o primeiro. Estatisticamente, já ultrapassamos muitos países, como o México. Nós somos o primeiro País, estamos na liderança de mortes de jornalistas. E os casos são tratados com indiferença, a pior coisa. Na minha cidade, no Guarujá, Estado de São Paulo, vários jornalistas já foram vitimados. E há na cidade um jornalista chamado Wagner, rapaz que levou nove disparos, quando saía de seu programa de televisão, de jornalismo, de denúncias, de investigação. Saiu, levou nove tiros e ficou na estatística. Virou estatística. Esse rapaz está vivo, não exerce mais sua atividade com aquele vigor de que gostaria; o temor é muito grande. E na cidade nada aconteceu; nada se faz. No





Estado de São Paulo, nada acontece, nada se faz em relação a dar segurança ao trabalho da atividade de jornalistas.

Então, esse projeto vem tratar dessa questão. Temos de, é dever nosso aqui, no Congresso Nacional, dar um basta. Esse basta significa penalizar quem praticar crime contra jornalistas. Ora, o cidadão comum já não tem proteção. Nós, cidadãos comuns, não a temos. Imaginem o jornalista que denuncia um político, que denuncia um agente do Estado, numa cidade pequena, do interior, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste ou Centro-Oeste, principalmente, onde também temos vários casos elencados.

A presença dessas entidades, Presidente Efraim, reforça o trabalho da nossa Comissão de Segurança Pública. Não é um apelo que as entidades e que os jornalistas brasileiros fazem ao nosso Parlamento; não é um direito nosso, mas um dever tratar dessa questão com muita responsabilidade, porque a democracia no Brasil se trata pelo livre exercício da atividade jornalística. A democracia se reforma, reafirma-se, pelo trabalho da imprensa brasileira, pelo trabalho da imprensa internacional. Se não fosse o trabalho da imprensa internacional, não estaríamos presenciando as atrocidades que estão ocorrendo na Síria; não veríamos as atrocidades cometidas no Egito; não veríamos as atrocidades cometidas na Líbia. Enfim, a imprensa, com muita propriedade, cumpre seu papel e esses verdadeiros heróis nacionais, comprometidos com a democracia, são vitimados com a própria vida.

Então, esse projeto de lei trata de uma resposta para isso e precisa ser aprovado no Congresso Nacional com urgência.

Nós fazemos um apelo ao nosso jovem Presidente Efraim, que é o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no sentido de fazer gestões dentro da Câmara dos Deputados para que esse projeto tenha uma tramitação urgente, porque, à medida que nós dermos uma resposta, eu acredito que haverá uma diminuição nessa escala violenta de crimes contra os jornalistas.

E faço uma indagação à Mesa para que se manifeste. Em relação a esse projeto de lei, o Brasil é o único país a tratar disso. Já tive informações de que outros países não tratam com especial atenção a atividade jornalística, ou seja, para que tenha a proteção do Estado. Pelo contrário, há opressão do Estado em



determinados países, há perseguição contra os jornalistas. Os senhores acham que o Brasil, ao tratar desse tema com tamanha atenção, com tamanha especialidade, causará um reflexo internacional que outros países possam adotar o mesmo sistema aqui do Brasil? Essa é a indagação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Esgotada a fase de inscrições por parte dos Parlamentares, antes de retornar a palavra à Mesa para as considerações finais e respostas aos Parlamentares, gostaria apenas de fazer aqui o registro, com muita alegria, das presenças no plenário nesta audiência dos advogados paraibanos, Dr. Leonardo Trajano e Dr. Glauco Moraes, que aqui também acompanham esta reunião.

E quero dizer também que me socorri do arquivo de memória chamado “Dr. Google” para saber que a frase, há pouco citada, que me falhava a memória, não foi do Presidente Kennedy, mas do Presidente Thomas Jefferson, que dizia que, entre governos sem jornais ou jornais sem governos, indubitavelmente escolheria a segunda opção. Então, assim dizia o Presidente Thomas Jefferson.

Retornando para as respostas e considerações finais, o prazo regimental é de 5 minutos, mas obviamente contará com a tolerância da Mesa. A palavra será mais uma vez, em primeiro lugar, prestigiando as damas aqui presentes, à Sra. Maria José Braga, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Sr. Presidente, são muitas as questões. Eu tentarei ser bastante breve e objetiva. Vou tentar responder pela ordem, começando pelas questões colocadas pelo Pastor Eurico.

Obviamente, dissemos que o Brasil é um País que está consolidando sua democracia. E, como um País que está consolidando sua democracia e suas instituições democráticas, temos ainda muito o que conquistar. E temos muito o que conquistar também no que diz respeito à liberdade de expressão e de imprensa, assim como a garantia dos direitos humanos.

E já respondo aqui à pergunta do nobre Presidente, Deputado Efraim Filho, quanto à legislação para os meios de comunicação. A Federação Nacional dos Jornalistas defende, sim, o que nós chamamos de um novo marco legal para as comunicações no Brasil.



Entendemos que, longe de ser um arcabouço legal para qualquer tipo de cerceamento à liberdade de expressão e de imprensa, esse arcabouço legal deve vir para garantir a liberdade de expressão e de imprensa. E nós achamos isso não apenas possível como necessário. Nós participamos ativamente da Conferência Nacional de Comunicação, ocorrida no final de 2010. Essa conferência aprovou quase 700 propostas e contou com a participação ampla da sociedade brasileira. E, entre essas propostas, há vários implementos, vamos dizer, do que seria um novo marco legal das comunicações.

A outra questão do Pastor Eurico refere-se à Comissão Nacional da Verdade. Quero dizer que a Comissão foi constituída para levantar os crimes, as violações contra os direitos humanos durante um período. E, no meu entendimento, posição estritamente pessoal, a Comissão tem um trabalho hercúleo a fazer. É muita coisa para ser levantada, é um amplo período. Parece pouco, mas são quase duas décadas o que está para ser investigado. E a estrutura ou a infraestrutura prevista para a Comissão, na minha modesta opinião pessoal, é muito pequena. Eles terão um trabalho essencial.

E aí eu resgato o trabalho da imprensa. A imprensa, nesses anos todos, inclusive, durante o período de ditadura militar, denunciou vários casos, denunciou o que estava acontecendo no Brasil. Denunciou principalmente as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro, o que, a meu ver, é gravíssimo quando o Estado passa a violar os direitos humanos. E é essa a contribuição que a FENAJ pretende dar, quando eu anunciei aqui que queremos — e vamos fazer — investigar os casos de violação de direitos humanos, ocorridos no período, que envolvem jornalistas, para contribuir com o trabalho da Comissão. Nós achamos que podemos, sim, auxiliar para que, pelo menos no que diz respeito aos jornalistas, os casos sejam o mais amplamente investigados.

O Deputado Domingos Dutra não está mais presente, mas eu gostaria de dizer que a Federação Nacional dos Jornalistas compartilha com as suas observações no que diz respeito à necessidade de o Estado brasileiro tratar com mais cuidado, dar mais importância aos crimes relacionados aos direitos humanos, aos crimes relacionados aos líderes que trabalham as questões de direitos humanos no Brasil, principalmente, referentes à propriedade e à luta pela terra, aos



movimentos sociais que estão trabalhando as questões de violação de direitos humanos propriamente, aos encarcerados, às crianças e aos adolescentes. E todo esse trabalho feito por organismos governamentais e não governamentais que precisam, sim, da proteção do Estado.

O Deputado Presidente Efraim Filho trouxe várias questões, inclusive, filosóficas, e muito nos deixa contentes, porque a Federação Nacional dos Jornalistas sempre coloca que a discussão da comunicação, a discussão do jornalismo, da liberdade de expressão e de imprensa, precisa ganhar a sociedade. E aí nós vemos que o Parlamento está, sim, atento a essas questões, discutindo inclusive conceitos que são importantes para nós.

Nós costumamos dizer que o conceito de liberdade de imprensa é um conceito em disputa. Nós, categoria dos jornalistas, estamos quase sempre enfrentando os empresários na definição do que seja a liberdade de imprensa e colocando o tempo todo que a liberdade de imprensa não é um direito dos jornalistas e, muito menos, das empresas de comunicação, mas é um direito da sociedade para garantir o direito à liberdade de expressão e o direito à informação. Então, muito nos deixa contentes, Deputado, ver que esse trabalho, essa preocupação está presente nesta Casa.

Em relação à fala do Deputado Delegado Protógenes, eu só queria pedir licença, Deputado, para dizer que felizmente nós ainda não estamos no primeiro lugar, mas realmente preocupa muito. A FENAJ está muitíssimo atenta à questão do aumento da violência contra jornalistas no Brasil e do aumento dos casos de assassinatos de jornalistas no Brasil. A FENAJ é entidade filiada à FIJ e à FEPALC, Federação de Jornalistas da América Latina e Caribe. Nós temos procurado levar essa discussão não só no Brasil como na América Latina, onde nós tínhamos uma situação gravíssima, principalmente na Colômbia e no México. Mas esses países estão dando respostas para a questão da violência contra os profissionais de comunicação.

E nós aqui da Federação Nacional dos Jornalistas estamos buscando essas respostas. Eu citei aqui na minha exposição — e queria reforçar — que nós estamos discutindo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência a criação de um observatório de crimes contra profissionais da comunicação, para que



façamos esse acompanhamento, *pari passu*, de cada caso de violência contra jornalistas e outros profissionais da comunicação, a fim de que tenhamos efetivamente combatida a impunidade no nosso País.

E já dissemos que o projeto vem realmente ao encontro dessa expectativa da Federação Nacional dos Jornalistas, no sentido de que haja apuração de fatos, responsabilização e punição dos culpados. Se o México — o Gustavo vai falar um pouquinho mais sobre isso — já teve uma iniciativa semelhante, mas acreditamos que, pela importância do Brasil, pelo papel que o Brasil tem na América do Sul e na América Latina, as conquistas que alcançamos aqui são significativas para todo o continente.

Por fim, eu gostaria de, mais uma vez, em nome dos jornalistas brasileiros, agradecer a Comissão, o Deputado Efraim Filho e o Deputado Delegado Protógenes por esta iniciativa. E gostaria de pedir licença, Deputado, para citar a presença do Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, do Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e da Delegada... Qual é o seu cargo, Márcia?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Secretária de Sindicalização do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que vieram especialmente acompanhar esta audiência, pois se trata de um assunto que tem sido acompanhado não só pela federação, mas principalmente pelos 31 sindicatos de jornalistas espalhados pelo Brasil.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES** - Sr. Presidente, só um registro, se V.Exa. me permite. Com uma emoção contida da fala, quebrando um pouco o protocolo, sei da generosidade de V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem a tolerância da Mesa para quebrar o protocolo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES** - Veio à minha memória uma justificativa que eu não queria falar, mas uma das justificativas também desse projeto me faz lembrar quando eu ainda era um jovem jornalista, adolescente de escola. Eu fundei um jornal chamado *Alerta Geral* e sei exatamente o que se passa



quando há violência contra uma atividade de comunicar, contra uma atividade de produzir intelectualmente. *Alerta Geral* era um jornal de colégio que denunciava as atrocidades da ditadura militar à época.

O nosso jornalzinho foi cassado, levaram o mimeógrafo, era um jornal feito no mimeógrafo naquela ocasião, por mim e um grupo de alunos, e foram à minha casa e levaram todos os exemplares. A Polícia levou todos os exemplares e só não me levou porque meu pai era militar e tinha lá um certo histórico de vinculação com a caserna, era integrante da Marinha, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial, então, não fui preso. Mas eu também poderia ter sido, naquela época, levado ao cárcere. Eu tive que explicar, enfim, fizeram um boletim de ocorrência na porta da minha casa e levaram todos os exemplares.

Mas a resposta que eu dei a eles, no Brasil de hoje — não virei jornalista, gente —, é que eles perderam a oportunidade de ter um jornalista, mas o Brasil ganhou um Delegado de Polícia Federal que combate o crime organizado e que propôs esse projeto contra essas atrocidades. Mas também não desisti da luta. A luta continua a partir da apresentação desse projeto e lutarei para que ele seja aprovado aqui na Câmara dos Deputados.

Era apenas esse registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Confidências de um filho revolucionário aqui na Câmara dos Deputados. A imprensa perdeu um grande jornalista, a Polícia Federal perdeu momentaneamente um grande Delegado, mas o Parlamento ganha um brilhante representante. Seja sempre bem-vindo ao nosso meio, Delegado Protógenes.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Gustavo Granero.

**O SR. GUSTAVO GRANERO** - (*Exposição em espanhol.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado, Sr. Gustavo Granero. É um grande prazer tê-lo entre nós. Suas informações vêm complementar o que foi dito nesta audiência pública.

Apenas me deixe salientar e divergir que, se na Venezuela, por exemplo, foram distribuídos mais de 1.200 pontos a sindicatos e cooperativas, mais problemático ainda vejo calar aqueles que são críticos do Poder oficial. Poderia se garantir a pluralidade das informações. É apenas uma divergência pessoal.



Concedo a palavra ao Sr. Rodolfo Machado Moura, para suas considerações finais.

**O SR. RODOLFO MACHADO MOURA** - Muito obrigado, Presidente Efraim Filho, sobre a consideração que V.Exa. fez acerca da questão da discussão de um novo marco regulatório para o setor de comunicação, acredito que é um momento bastante propício.

Há algum tempo, fiz um levantamento sem finalidade científica, apenas de contagem sobre radiodifusão. Vislumbrei quarenta leis, dois decretos-lei e uma infinidade de decretos, portarias, resoluções, súmulas, regulamentos.

Sempre brinco, quando faço algumas apresentações para associações estaduais de radiodifusão, dizendo que a ABERT fazia um vade-mécum que não dá nem para levar na bagagem, só para mostrar um foto, porque são dois volumes, e cada um é do tamanho do Código Civil.

O Deputado José Mentor é Relator de projeto de consolidação das leis de comunicação. Ele está percebendo bem de perto as dificuldades, em razão da quantidade de leis, pois existe um calhamaço.

Acho que é um momento muito bom para se discutir a atualização desse marco regulatório. Afinal de contas, a maioria das leis são da década de 60 do século passado, época em que não havia FM comercial, TV em cores, muito menos serviço de satélite, Internet, TV a cabo. Nada disso está contemplado. A discussão é muito propícia.

Quanto à possibilidade de que seja possível que se venha cercear a liberdade de expressão, eu não acredito. Acho que a Presidenta Dilma, como o senhor muito bem já salientou, dá mostra de total apreço à liberdade de expressão. O Ministro Paulo Bernardo e sua equipe têm se mostrado extremamente abertos ao diálogo e tentam fazer uma aperfeiçoamento dessas normas. No que concerne a portarias ministeriais, já estão fazendo a modernização desse processo.

Um dia desses eu estava conversando com o Deputado Roberto Freire e me veio à mente a frase, cuja autoria desconheço: *“O preço da liberdade é a eterna vigilância.”* Ele me disse para não usá-la porque era o *slogan* da UDN. Eu lhe respondi que não sabia. Da ditadura militar só peguei o Presidente João Figueiredo.



Eu era muito criança e até tinha simpatia por ele, porque, como eu, também era torcedor do Fluminense. Mas só por isso, não tinha entendimento da realidade.

Acredito que qualquer outro debate terá de passar por esta Casa, onde estão os representantes do povo. Com certeza, nós acreditamos que é um momento bastante interessante para se fazer a discussão.

Deputado Delegado Protógenes, mais uma vez, eu lhe agradeço a oportunidade de estar aqui. V.Exa. bem salientou a aproximação das eleições. Realmente, acho que é um complicador. Em um dos eslaides que apresentei tentei elencar, apurando, um trabalho que nós feito. Podemos perceber que até atos de ameaça, de agressão ou de censura, propriamente dito, houve um ápice em 2008. Por ser eleição municipal, ela é muito mais intrincada. O pequeno comunicador sofre pressão maior, inclusive pagando com a vida.

Tentamos mostrar que a grande maioria dos crimes ocorrem em pequenas cidades, com veículos regionais ou locais, que acabam não tendo tanta repercussão. O caso do Tim Lopes, por exemplo, gerou uma comoção. Mas, às vezes, ocorrem em localidades em que esses crimes passam despercebidos ou geram um reclame no momento, mas acabam ficando na impunidade.

Infelizmente, o Deputado Domingos Dutra e o Deputado Lourival Mendes já foram embora. Verifiquei aqui que, desses 30 crimes de mortes de jornalistas que o CPJ elenca, apenas o de Décio Sá ocorreu no Maranhão. Foi o mais recente. Efetivamente, aconteceu de maneira brutal.

Eu estava mostrando à Maria José, abrindo um *site* da Internet, a notícia de que, na madrugada de hoje, foi morto um dos suspeitos do crime por outro criminoso. Parece que foi queima de arquivo, para se tentar dificultar mais as investigações.

Quanto à questão que V.Exa. bem levantou, vindo este projeto de lei a ser aprovado, um reflexo internacional, particularmente, acredito que vai ocorrer sim. Nós acreditamos que a federalização vai, efetivamente, aumentar no combate à impunidade e acaba combatendo o próprio crime, ocorrendo sua diminuição.

O Brasil seria o 11º, se computados desde 1992. Porém, entrei também aqui no site do CPJ e, se entrarmos apenas nos crimes cometidos em 2012, já vamos





para o terceiro lugar. Só perdemos para Sômalia e Síria, que vivem guerras civis e têm suas características próprias. A situação é muito preocupante.

O Brasil, descendo nesse *ranking*, por uma melhora da sua legislação, por maior efetividade no combate e na punição a esses crimes, alguns países podem perguntar o seguinte: por que será que o Brasil está melhorando seus índices no tocante a isso? Eles vão verificar que a federalização tem papel importante e vão ver, provavelmente, replicado em seus países.

Deputado Pastor Eurico, V.Exa. abordou a questão da cobertura que os órgãos dariam a algumas questões de conteúdo. A ABERT não intervém na questão do conteúdo dos seus associados. Nós acreditamos que a liberdade para cada um desenvolver sua concepção, sua força motriz é o mais importante, até porque esse é um setor extremamente heterogêneo. A ABERT congrega, como disse no início, mais de 3 mil emissoras de rádio e quase 400 de televisão. Em número de emissoras, congregamos apenas metade do setor.

São mais de 10 mil emissoras de rádio espalhadas pelo país e quinhentas e poucas de televisão. É muito difícil tentar qualquer orientação no sentido de conteúdo, pois não é o nosso papel. É muito diversificado. Existem empresas de grandes porte e até um grande número de empresas pequenas.

A ABERT, por exemplo, nesse grupo que temos, de cerca de 3.500 associadas, mais de 80% são empresas optantes do SIMPLES, são pequenas empresas. São realidades bastante distintas no nosso País.

Espero ter podido atender às considerações de V.Exas. Mais uma vez, agradeço ao Deputado Delegado Protógenes a iniciativa e a esta Comissão, na pessoa do Presidente, Deputado Efraim Filho. Este debate foi bastante profícuo, pelo menos do nosso lado. Espero que para V.Exas. também.

Estou à disposição. Sempre que for necessário, a ABERT vai se fazer presente na Casa para tentar colaborar com o debate democrático.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a presença à Sra. Maria José Braga, ao Sr. Rodolfo Machado.

Agradeço também a presença aos Srs. Gustavo Granero e Damian Loretti. É uma honra para a Comissão de Seguridade Pública. Sejam sempre bem-vindos.



Agradeço ainda a presença ao Sr. José Carlos Torves, à Sra. Márcia Quintanilha, ao Sr. Leonardo Trajano.

Por fim, agradeço a presença, em nome desta Comissão, a todos os convidados, que nos honraram com suas exposições e esclarecimentos, aos demais que compareceram a esta reunião de audiência pública, àqueles que nos ouviram e nos assistiram pela Internet, pois foi transmitido ao vivo para todo o Brasil, e aos Parlamentares presentes.

Em virtude do início do horário da Ordem do Dia, vou encerrar os trabalhos. Antes, porém, convoco reunião deliberativa para amanhã, 13 de junho, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário VI, para deliberação de proposições em pauta anteriormente divulgada.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.